despesas de pessoal das autarquias locais devem manter-se ao mesmo nível do verificado em 2005 e considerando que as despesas com o pessoal em 2006 não diminuíram na proporção das referidas despesas em relação ao ano transacto, determinei a revogação do processo do concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico de informática de grau II, nível 1, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 216, de 10 de Novembro de 2005.

17 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Celso Manuel Gomes Ferreira*. 1000307168

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aviso

Nomeação

Torna-se público que, por despacho de 17 de Outubro de 2006 e no uso da competência que me é conferida pelo despacho n.º 26/PRES/2005, de 24 de Outubro, nomeio, nos termos do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, para o lugar de técnico superior de 2.ª classe da carreira e grupo de pessoal técnico superior, Paulo Jorge Nunes Gonçalves Carmona.

Mais se torna público que a posse ocorrerá no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

18 de Outubro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Biscainho*. 3000218444

CÂMARA MUNICIPAL DE REDONDO

Aviso

Para os devidos efeitos, faz-se público que, conforme despacho do presidente de 23 de Outubro, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea *a)* do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e de acordo com o estipulado na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, se procedeu à nomeação de José Bernardo Laranjinho Nunes, técnico superior de 1.ª classe (gestão autárquica), na sequência de concurso interno limitado aberto por aviso afixado nos Paços do Concelho em 14 de Setembro de 2006. Mais se torna público que o funcionário deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

26 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Alfredo Falamino Barros*. 1000307165

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MADEIRA

Aviso

Para os devidos efeitos torna-se público que foram celebrados contratos a termo resolutivo certo, com fundamento na alínea *h)* do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com os contratados abaixo indicados, pelo período de um ano:

Guilherme Vieira Oliveira, operário qualificado, canalizador.
 Maria Fernanda Marques Almeida Bastos, auxiliar de acção educativa.
 Paula Cristina Martins Portela Ferreira, auxiliar dos serviços gerais.
 Paulo Miguel Duarte Teixeira, operário qualificado, canalizador.
 Rosalina Silva Tavares Almeida, auxiliar de acção educativa.

(Isento de visto do tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 27 de Agosto.)

2 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Rui M. Oliveira Costa*. 1000307138

CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA

Aviso n.º 102/06

Por despacho de 4 de Setembro de 2006 do presidente da Câmara, foi nomeado definitivamente Joselino Morais Teixeira, cantoneiro (escalão 1, índice 137), na categoria de operador de estações elevató-

rias, de tratamento ou depuradoras, da carreira de operário altamente qualificado (escalão 1, índice 189), na sequência de processo de reclassificação profissional ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Mário Caetano Teixeira Ferreira*. 3000218300

CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR

Aviso

Em cumprimento do disposto na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 16 de Outubro de 2006, foi nomeado definitivamente na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira de gestão, escalão 1, índice 400, na sequência do concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário para o provimento de uma vaga de técnico superior de 2.ª classe de gestão, conforme aviso desta Câmara Municipal, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 36, de 20 de Fevereiro de 2006, o Dr. Daniel João dos Santos Domingos Henriques, atenta a acta elaborada pelo júri de estágio e por estarem reunidos os requisitos que o permitem, conforme jurisprudência que tem vindo a ser perflhada pelo Tribunal de Contas, Acórdãos n.ºs 87/96 e 100/98, de 5 de Maio, 1.ª S/SS, com efeitos retroactivos a 30 de Junho de 2006, à luz do disposto na alínea *a)* do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que os pressupostos justificativos da dispensa de estágio já existiam à data do início deste. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

17 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António P. Silva Paiva*. 1000307160

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS

Aviso

Contrato de trabalho a termo resolutivo

Para os devidos efeitos, torna-se público que esta Câmara Municipal, por despacho do presidente de 13 de Outubro de 2006, decidiu contratar a termo resolutivo, nos termos da alínea *i)* do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, Ana Paula da Glória Neves, Cláudia Sofia Bernardo Resina Branco, Marisa Alexandra Carvalho do Vale, Sónia Margarida dos Reis Mota, Ana Filipa Conceição Ribeiro, Carolina Maria Conde Ferreira Pereira, Elsa Margarida Pereira Rosa Cruz, Adelaide Carvalho Henriques, Florbela Morais Caetano Ramos Deus, Paula Alexandra Marques Soares, Maria João Domingues de Almeida Silva Cordeiro Honorato, Daniela Sofia Lopes Brites, Célia Cristina Silva Leonardo, Joana Gonçalves Cotovio e Helena Pinheiro Oliveira Amado, com a categoria de monitoras, pelo período de um ano, com início no dia 16 de Outubro de 2006, a remunerar pelo salário mínimo nacional. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

18 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Oliveira Rodrigues*. 1000307158

CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL

Edital

Inquérito administrativo

Torna-se público, nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 223.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, que se procede, pela secretária desta Câmara Municipal de Sabugal, ao inquérito administrativo relativo à empreitada de «Recuperação de fachadas em sortelha — caixilharias — 3.ª fase», de que foi empreiteiro CIVIAR-PE, FP — Construções, A. C. E., com sede na Avenida de Álvaro Pais, 13, Multicentro, loja 23, 1600-007 Lisboa, pelo que, durante os 15 dias que decorrem desde a data da afixação destes éditos e mais 8, poderão os interessados apresentar na secretaria desta Câmara Municipal, por escrito e devidamente fundamentadas e documentadas, quaisquer reclamações, por falta de pagamento de ordenados, salários e materiais ou indemnizações a que se julguem com direito, e bem as-